

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

NOTA TÉCNICA 03/2025

Em resposta ao ofício CT/MPRJ nº 11/2025, a Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Vítimas passa a expedição de nota técnica individualizada acerca do teor da proposta de enunciado nº 39, apresentada no âmbito da Jornada Institucional de 2025, nos seguintes termos:

Eis o enunciado proposto:

A decisão judicial que defere a juntada da folha de antecedentes criminais da vítima em processo criminal incide em erro de julgamento e erro de procedimento por configurar revitimização secundária e violência institucional, em afronta aos princípios constitucionais, legais e convencionais que regem o processo penal brasileiro e a proteção dos direitos humanos.

O conteúdo do enunciado está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que, no julgamento do AgRg no HC nº 953.647/SP, reconheceu que a tentativa de acessar registros criminais da vítima com o objetivo de desqualificar seu testemunho configura revitimização secundária — prática vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme o art. 474-A do Código de Processo Penal e o art. 15-A da Lei 13.869/2019. Tal vedação visa impedir que as partes envolvidas no processo agravem o sofrimento da vítima, expondo-a novamente à violência institucional.

Nesse contexto, a utilização da folha de antecedentes criminais (FAC) da vítima em processos penais representa uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao inverter o foco da apuração do crime para a vida



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

pregressa da vítima, desviando o olhar do sistema de justiça de quem causou a violência para quem a sofreu.

Em alinhamento com o dever do Ministério Público de assegurar os direitos fundamentais das vítimas, o Conselho Nacional do Ministério Público instituiu a Política Institucional de Proteção Integral, Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas. A Resolução CNMP nº 243, de 18 de outubro de 2021, estabelece:

Art. 4º Incumbe ao Ministério Público zelar para que sejam assegurados os direitos à informação, segurança, apoio, proteção física, patrimonial, psicológica, documental, inclusive de dados pessoais, participação e reparação dos danos materiais, psicológicos e morais suportados pelas vítimas em decorrência de delitos penais e atos infracionais. Parágrafo único. A vítima tem o direito de ser protegida contra a repetição de delitos da mesma natureza e contra a vitimização secundária e terciária.

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, com a missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, é seu dever zelar pela efetiva promoção dos direitos das vítimas.

Ao atribuir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, a Constituição Federal também lhe conferiu a responsabilidade de garantir a prevalência dos direitos humanos, sendo a dignidade da pessoa humana um dos seus pilares. Assim, cabe ao Ministério Público velar, de forma ativa e contínua, pela proteção integral das vítimas.

Diante do exposto, a **Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Vítimas manifesta-se favoravelmente à edição da proposta de enunciado nº 39, de autoria das Promotoras de Justiça Simone Sibilio do Nascimento e Roberta Maristela Rocha dos Anjos**, por estar firmemente alicerçada em



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

preceitos constitucionais e representar um avanço significativo na atuação institucional do Ministério Público.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025.

Patricia Leite Carvão
Procuradora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Apoio às Vítimas